

## Cabo Verde e "os Rios da Guiné" na formação do mundo Atlântico, sécs. XV-XVI

Francisco Aimara Carvalho Ribeiro\*

A descoberta, em 1460 ou 1462, do arquipélago do Cabo Verde – situado de frente ao promontório africano que lhe dá nome e com o qual forma uma “garganta” para a navegação – possibilitou aos portugueses um local seguro para se instalarem e comerciarem na Costa da Guiné, na África Ocidental. Quando da sua descoberta, as ilhas estavam desertas, fato este que concorreu para que os portugueses implantassem ali a sua soberania e desenvolvessem uma classe mercantil ao abrigo da instável situação política dos reinos da costa e dos rios da Guiné.

A região costeira próxima ao arquipélago de Cabo Verde passou a ser chamada por Guiné, Guiné do Cabo Verde,<sup>1</sup> Alta Guiné ou Senegâmbia, como é conhecida hoje. Esta região, compreendida entre os deltas dos rios Senegal e Gambia, era parte da Confederação dos Jalofos – reino do interior que dominava as populações do litoral e por onde passavam caravanas rumo ao norte. Ao aportarem nestas costas, os portugueses aspiravam, seguramente, ter acesso ao ouro das caravanas. No entanto, o comércio de escravos, o chamado resgate de cativos,<sup>2</sup> ganhava cada dia mais importância. O crescimento do resgate ocasionou numa reviravolta na posição até então marginal da costa da Senegâmbia ante os reinos do interior contribuindo para uma reconfiguração política da região ao longo do século XVI com a dissolução da Confederação dos Jalofos, o que, por sua vez, gerou um aumento da oferta de cativos.<sup>3</sup>

---

\* Mestrando em História Social pela UFRJ/CAPES.

<sup>1</sup> Ver HORTA, José da Silva. “O nosso Guiné’: representações luso-africanas do espaço guineense (sécs. XVI-XVII)”. In: **Actas do Congresso Internacional “Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades”**. Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2005. ALMADA, “Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde dês do Rio de Sanagá até os baixos de Santa Ana de todas as nações de negros que há na dita costa e de seus costumes, armas, trajos, juramentos, guerras...”. In: BRÁSIO, António. **Monumenta Missionária Africana**. 2ª série. Volume III. Doc. 92. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1964.

<sup>2</sup> O termo resgate traduz com precisão a justificativa teológica para a escravização e comércio de negros e mouros. Segundo Mariza Soares, “a noção de resgate está associada a salvação dos povos gentios. Os portugueses compram africanos supostamente condenados a morte garantindo-lhes a vida e a possibilidade de salvação das suas almas”. SOARES, M. de C. **Devotos da cor**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.241.

<sup>3</sup> Sobre as guerras civis na Senegâmbia do século XVI, ver BARRY, Boubakar. **La Sénégalie du XVème au XIXème siècle: traite négrière, Islam et conquête coloniale**. Paris: Éditions L’Harmattan, 1988.

Para acessar as redes de comércio desta região, constituiu-se em Cabo Verde um espaço privilegiado de atuação logístico-comercial na costa africana. Era, portanto, de essencial interesse da Coroa portuguesa ocupar este espaço. Com este propósito, três documentos com força de lei foram emitidos pelo rei Afonso V. Em 1462, foi publicada a *Carta de Doação*<sup>4</sup> das ditas ilhas ao Infante D. Fernando (que, aliás, possuía também o senhorio das demais ilhas atlânticas, por ser herdeiro de seu tio, o Infante D. Henriques), sendo assim o arquipélago seria patrimônio da Casa do Duque de Viseu e este, responsável por sua povoação. Em 1466, a Coroa emitiu a *Carta de privilégios aos moradores de Santiago* e, em 1472, a *Carta de declaração e limitação de privilégios dos moradores de Santiago*.<sup>5</sup>

Por certo, a ocupação da ilha de Santiago – a maior e com mais recursos hídricos no arquipélago – já vinha sendo feita desde 1461, mas é a partir da Carta de privilégios de 1466 que ela se deu de forma mais efetiva. A dita Carta concedia aos moradores de Santiago o exclusivo do comércio com a Guiné, entre o rio Senegal e a Serra Leoa. Este direito concedido aos moradores de Santiago concorreu para que se estabelecesse na ilha uma classe mercantil de intermediários entre os mercados da Guiné, os contratadores da península ibérica (principalmente Lisboa e Sevilha), as demais ilhas do Atlântico (Canárias e Madeira, sobretudo) e, posteriormente, as praças americanas (Antilhas, Nova Cartagena das Índias, na atual Colômbia, e norte do Brasil). Todo este intenso trato contribuiu para o surgimento de portos importantes onde se instalavam, ainda que provisoriamente, muitos comerciantes (estantes) e marinheiros (mareantes) reinóis e estrangeiros. O principal destes portos veio a ser a cidade da Ribeira Grande de Santiago, centro da vida política e econômica do arquipélago e, desde 1533, sede do bispado de Cabo Verde.<sup>6</sup>

No entanto, o comércio com a Guiné exigiu, desde cedo, a ocupação do interior das ilhas com a criação extensiva de cavalos e o cultivo do algodão, pautado pelas

---

<sup>4</sup> BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana*, 2ª série. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1958.

<sup>5</sup> *Idem.*

<sup>6</sup> A diocese de Cabo Verde foi criada pela bula papal *Pro excellenti praeminentia*, da chancelaria de Clemente VII, datada de 31 de Janeiro de 1533, e abrangia além das ilhas do arquipélago, a Costa da Guiné entre o rio Gâmbia e a Serra Leoa. *Ibidem.* Vol. II, pp. 249-252.

demandas da costa africana, cujos mercados atribuíam grande valor a estes produtos.<sup>7</sup> Razões de logística comercial, portanto de ordem econômica, colaboraram para que a produção destas mercadorias fosse realizada próxima aos mercados consumidores, principalmente no caso dos cavalos, para as quais as longas distâncias e o perigo do transporte acarretavam grandes perdas ao carregamento.

A Carta de limitações dos privilégios, de 1472, estipulava que os moradores trocassem na Guiné somente as mercadorias fruto de suas “novidades e colheita”, ou seja, produzidas na própria ilha. Os navios também deveriam “ser de pertença dos moradores e por eles armados e capitaneados, ficando vedada a parceria com não moradores, nacionais e estrangeiros”.<sup>8</sup> Esta restrição, ao mesmo tempo em que limitava o resgate às, provavelmente, ainda incipientes mercadorias produzidas na própria ilha, compelia à real ocupação do território de forma produtiva, atrelando a atividade mercantil a uma correspondente produção interna assentada na propriedade rural. Esta medida contribuiu para a conversão do capital mercantil para o capital produtivo, quando não, na conversão de mercadores em terratenentes.<sup>9</sup> Ou seja, houve a formação de uma elite de armadores que também eram proprietários rurais.

Estes terratenentes-mercadores eram na sua maioria membros da baixa nobreza portuguesa, homens da Casa de Viseu e também cavaleiros da Casa Real. Por conta desta origem, a primeira elite de Cabo Verde era muito bem relacionada na corte, situação de que se valera várias vezes quando confrontada pelos oficiais régios, conforme veremos mais adiante. De fato, “foram eles que, com a importação de

---

<sup>7</sup> António Correia e Silva chama atenção ao valor simbólico dos tecidos e dos cavalos entre as populações da costa da Guiné, onde somente os “magnatas” usavam roupas de algodão e possuíam muitos cavalos. Estes últimos teriam mais valor pela honra que traziam aos seus donos do que pelo valor na guerra. Seus consumo esteve submetido a ritos aristocráticos e servia como símbolo de diferenciação social: seus rabos eram pendurados nas paredes das casas e carregados pelas esposas em exposição nas festas. CORREIA E SILVA, A. “Espaço, ecologia e economia interna”. MENDONÇA DE ALBUQUERQUE, Luis Guilherme & MADEIRA SANTOS, Maria Emília. **História Geral de Cabo Verde**. Volume I. 2ª edição. Lisboa; Praia: IICT; INCCV, 2001.

<sup>8</sup> BRÁSIO. **Monumenta...** *Op. Cit.* 1958.

<sup>9</sup> Ver a noção de proprietário-armador apresentada por Maria Emília Madeira Santos e Iva Cabral. Maria Emília Madeira SANTOS, e Iva CABRAL, «O nascer de uma sociedade através do morador-armador». In

**História Geral de Cabo Verde** (coord. Luís de ALBUQUERQUE e Maria Emília Madeira SANTOS), vol. I, Lisboa, Edição conjunta de Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical e da Direção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991.

milhares de escravos, como mão-de-obra, criaram uma produção interna que através da agricultura e da pecuária fornecia os produtos responsáveis pelo resgate na Costa”.<sup>10</sup>

Ao analisar a elite local cabo-verdiana, Iva Cabral afirma que o poder local em Santiago foi ocupado por três elites diferentes em sua composição social, econômica e racial ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII.

A primeira elite (finais do século XV e século XVI) – reinol, nobre, urbana, cosmopolita, armadora, proprietária rural – era uma ramificação da elite reinol, que se aventurara e se instalara no arquipélago recém-descoberto para comerciar em segurança com o continente fronteiro, aproveitando, plenamente, dos privilégios comerciais e fiscais que D. Afonso doa, em 1466, aos vizinhos de Santiago.<sup>11</sup>

Ainda segundo a mesma autora, a elite de Cabo Verde no XVI mantinha estreita relação com os reinóis arrendatários dos direitos reais como os quartos e as vintenas de todas as mercadorias importadas pelos moradores da costa africana, como também dos dízimos da terra na ilha de Santiago. Esses seriam parceiros preferenciais e grandes interessados na multiplicação de embarcações armadas na ilha para a costa da Guiné. Além disto, a primeira elite da Ribeira Grande sempre procurou controlar o poder local, seja ocupando os cargos concelhios ou fazendo eleger para estes cargos pessoas da sua relação. Apesar desta proeminência local, Iva Cabral ressalta o fato de que a elite de Cabo Verde no XVI detinha o seu verdadeiro poder através da comunicação privilegiada que mantinham com o reino. Como, por exemplo, demonstra a carta do corregedor Pero Guimaraes ao rei quando este diz que “nesta ilha há pessoas que dizem que se o corregedor que Vossa Alteza a ela mandar não for de suas vontades que com mui boas testemunhas falsas os farão sair mais que a passo...”.<sup>12</sup>

Cabe ressaltar que os homens que compunham esta primeira elite, os vizinhos de Santiago no século XVI, foram para a ilha possivelmente atendendo a um pedido do Infante D. Fernando, pois eram homens de sua Casa e serviço. A própria Carta de Doação, de 1466, nos informa a este respeito quando afirma que “a quantos esta minha

---

<sup>10</sup> CABRAL, Iva. “Ribeira Grande: vida urbana, gente, mercancia, estagnação”. In **História Geral de Cabo Verde** (coord. Maria Emília Madeira SANTOS), vol. II, Lisboa, Edição conjunta de Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical e da Direção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1995. P.232.

<sup>11</sup> CABRAL, Iva. “Elites atlânticas: Ribeira Grande do Cabo Verde (séculos XVI-XVIII)”. In: **Actas do Congresso Internacional “Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades”**. Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2005.

<sup>12</sup> ANTT, Corpo Cronológico [CC], I-36-93, de 6 de Maio de 1517.

carta virem fazemos saber que o Infante Dom Fernando [...], nos enviou dizer como houvera quatro anos ele começara a povoar a sua ilha de Santiago”<sup>13</sup>.

Foi esta elite que fundou a cidade da Ribeira Grande e transformou Santiago no depósito de escravos mais procurado pelos navios negreiros durante o século XVI e o início do XVII. Os terratenentes-mercadores dominavam o tráfico com o continente e abasteciam os outros moradores do arquipélago de comida e escravos através de encomendas feitas aos navios armados por eles. Estes homens também detinham o controle sobre os principais cargos locais, como ofícios régios e cargos camarários, utilizando-os para controlar o mercado de escravos, regulando o preço de acordo com suas próprias expectativas. Em 1549, o Frei Gaspar da Silveira atesta que “não vem navio da Guiné que velho e menino antes que saia já vem com o preço feito”, razão pela qual a ilha estaria “muito rica”.<sup>14</sup>

De passagem por Cabo Verde em fins do XVI, o mercador florentino Francesco Carletti testemunha que o Atlântico, espaço onde se desenvolvia este comércio seria sulcado na vertical até Santiago e, então, na horizontal até Cartagena, nas Índias de Castela.

Em 1594, Francesco tornou-se procurador de uma dama sevilhana, obteve o despacho da Casa de Contratação, inscreveu seu nome e dos marinheiros que viajavam consigo nos registros legais e partiu do porto de San Lucar de Barrameda, próximo à Sevilha, com setenta e cinco licenças para introdução de escravos nas Índias. Seu destino foi o arquipélago português de Cabo Verde, o maior entreposto de escravos da época. Ali, “os grandes mercadores locais guardavam nas suas fazendas no interior da ilha parte dos cativos que possuíam para vender. Assim, quando corria a notícia da chegada de navios negreiros, apressavam-se a organizar mostras e loteamentos de africanos”.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> BRÁSIO. *Monumenta... Op. Cit.* 2ª série.

<sup>14</sup> ANTT, Corpo Cronológico, I-83-49, de 9 de Dezembro de 1549, publicado na *Monumenta... Op. Cit.* 2ª série.

<sup>15</sup> TORRÃO, Maria Manuel Ferraz; TEIXEIRA, André. “Negócios de um florentino em Cabo Verde: descrições e reflexões sobre a sociedade e o tráfico em finais do século XVI”. (p. 9). In: **Actas do Congresso Internacional “Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades”**. Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2005.

Se analisarmos os dados referentes às viagens negreiras durante o século XVI, podemos ter uma ideia aproximada do volume do tráfico que passou por Cabo Verde. Acreditamos que, sendo a América Central espanhola e o Caribe as principais áreas de desembarque de cativos na América ao longo do período estudado, Cabo Verde seria um dos principais esteios para a navegação na rota entre as costas africana e americana. A viagem entre Santiago e Cartagena, por exemplo, durava em média cerca de quarenta dias. Seria lógico então supor que muitos navios, ainda que não tivessem no arquipélago a origem de seus carregamentos, fizessem ali uma escala para abastecer-se de água, mantimentos e quem sabe até de tripulantes antes de cruzar o Atlântico.

**Quadro I: Fluxo do tráfico de escravos embarcados nos séculos XVI e XVII de acordo com a região de origem**

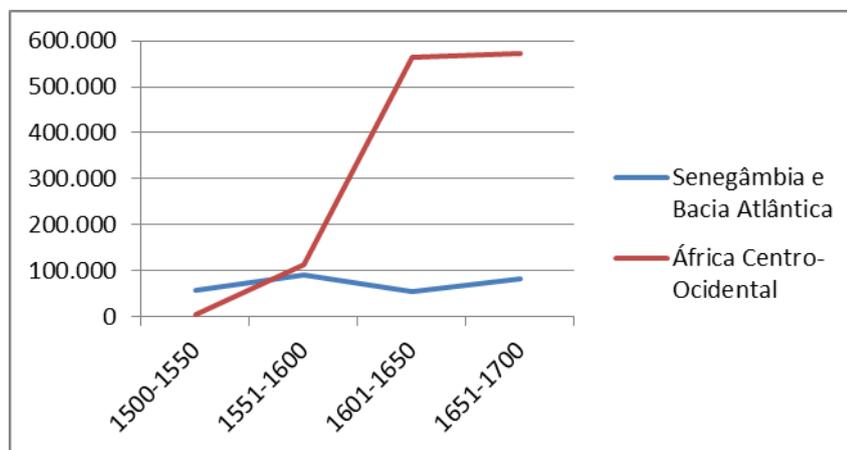
	Senegâmbia e Baía Atlântica	Serra Leoa	Costa do Barlavento	Costa do Ouro	Baía do Benim	Baía de Biafra	África Centro-Occidental e St. Helena	Sudeste africano e ilhas do Oceano Índico	Totais
1501-1550	57.184	0	0	0	0	2.080	4.862	0	<b>64.126</b>
%	89	0	0	0	0	3,2	7,6	0	<b>100</b>
1551-1600	90.098	1.405	2.482	0	0	6.379	113.016	0	<b>213.380</b>
%	42,2	0,6	1,2	0	0	3	53	0	<b>100</b>
1601-1650	54.222	1.372	0	2.497	9.609	36.461	563.388	345	<b>667.893</b>
%	8,2	0,3	0	0,45	1,5	5,5	84	0,05	<b>100</b>
1651-1700	81.882	5.471	1.350	106.182	260.204	149.860	571.418	31.370	<b>1.207.738</b>
%	6,8	0,5	0,1	8,8	21,5	12,5	47,3	2,5	<b>100</b>
<b>Totais</b>	<b>283.386</b>	<b>8.248</b>	<b>3.832</b>	<b>108.679</b>	<b>269.813</b>	<b>194.780</b>	<b>1.252.684</b>	<b>31.715</b>	<b>2.153.137</b>
<b>%</b>	<b>13,2</b>	<b>0,4</b>	<b>0,2</b>	<b>5</b>	<b>12,5</b>	<b>9</b>	<b>58,2</b>	<b>1,5</b>	<b>100</b>

Fonte: Eltis, David; Richardson, David; Berhens, Stephen; Florentino, Manolo. **The trans-atlantic slave trade database.** <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>

O quadro I demonstra a importância da África Ocidental para o tráfico negreiro no XVI. Esta região foi responsável por quase 60% do resgate de cativos africanos ao longo do século XVI, ao passo que a África Centro-Occidental foi responsável por cerca de 40% dos escravos traficados. Estes dados corroboram nossa opinião de que, durante o século XVI, Cabo Verde despontou como principal entreposto de escravos do

Atlântico, principalmente por que a região da Senegâmbia e o porto de Santiago eram responsáveis sozinhos por 53% dos escravos exportados por todas as regiões da África.

**Gráfico 1: Comparação das exportações das áreas exploradas principalmente a partir de Cabo Verde e principalmente a partir de São Tomé, nos séculos XVI e XVII**



No entanto, já podemos notar como o volume de tráfico da África Centro-Occidental cresce ao longo da segunda metade do XVI para então se afirmar como a maior região produtora de escravos no século seguinte. O aumento do volume de resgate de cativos da África Centro-Occidental coincide com a decadência de Cabo Verde enquanto entreposto de escravos e a ascensão de São Tomé a esta mesma posição. Isto se deve, em parte, à reconfiguração do tráfico Atlântico e de mudanças nos destinos dos navios negreiros portugueses.

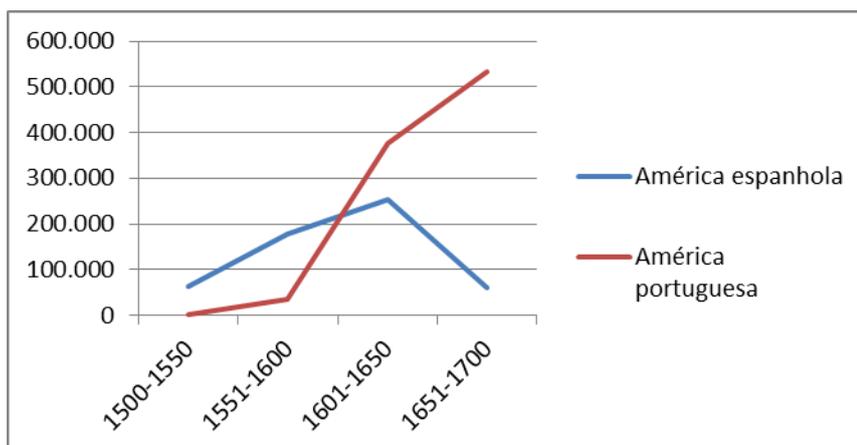
**Quadro II: Fluxo do tráfico de escravos embarcados nos séculos XVI e XVII de acordo com a região de destino**

	Europa	América do Norte	Caribe Inglês	Caribe Francês	América Holandesa	Caribe Dinamarquês	América espanhola	Brasil	África	Totais
1501-1550	637	0	0	0	0	0	63.489	0	0	<b>64.126</b>
%	1	0	0	0	0	0	99	0	0	<b>100</b>
1551-1600	266	0	0	0	0	0	178.428	34.686	0	<b>213.380</b>
%	0,1	0	0	0	0	0	83,6	16,3	0	<b>100</b>
1601-1650	120	141	34.726	628	0	0	254.362	377.649	267	<b>667.893</b>
%	0,02	0,03	5,2	1	0	0	38,2	56,5	0,05	<b>100</b>
1651-1700	3.519	19.815	370.391	49.728	145.980	22.610	58.939	532.712	4.045	<b>1.207.738</b>
%	2,7	1,5	30	4	11	2	4,5	44	0,3	<b>100</b>
<b>Totais</b>	<b>4.542</b>	<b>19.956</b>	<b>405.117</b>	<b>50.356</b>	<b>145.980</b>	<b>22.610</b>	<b>555.218</b>	<b>945.047</b>	<b>4.312</b>	<b>2.153.137</b>
<b>%</b>	<b>0,02</b>	<b>1</b>	<b>18,8</b>	<b>2,3</b>	<b>7</b>	<b>1,06</b>	<b>25,8</b>	<b>44</b>	<b>0,02</b>	<b>100</b>

Fonte: Eltis, David; Richardson, David; Berhens, Stephen; Florentino, Manolo. **The trans-atlantic slave trade database**. <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>

Enquanto durante o século XVI a América espanhola foi o maior mercado consumidor de escravos, recebendo 85% dos cativos, principalmente através de Cartagena e Veracruz. Ao longo do século XVII, o Brasil se torna o grande importador de mão-de-obra escrava africana. Dos 14.7% do total de escravos que o Brasil recebeu no XVI, este passa a responder pela demanda de 51% do mercado de cativos durante o XVII, enquanto a América espanhola cai de 85% para apenas 15% do total de escravos traficados nos seiscentos.

**Gráfico 2: comparação das importações da América espanhola e da América portuguesa**



Ao mesmo tempo em que o volume do tráfico na costa da África Ocidental era ultrapassado pelo volume do trato na costa da África Centro-Ocidental, e assim Cabo Verde perdia seu posto para São Tomé enquanto principal entreposto de escravos no Atlântico, outras mudanças se davam no interior da sociedade cabo-verdiana.

Com a perda da primazia do resgate e, conseqüentemente, da arrecadação, nas costas da Guiné, Cabo Verde se empobrecia e na cidade da Ribeira Grande não circulava mais grossos cabedais como antes. No início do século XVII, a perda do monopólio dos vizinhos de Santiago sobre o resgate da Guiné para mercadores de Lisboa e de Castela, além da invasão do litoral africano por piratas franceses, ingleses e dinamarqueses levou a não renovação da elite de terratenentes-mercadores que sustentava o tráfico. Sem os lucros avultantes do comércio negreiro, Santiago deixa de ser atrativa para os reinóis.

Assim, abre-se espaço em Cabo Verde para a emergência de uma nova elite de “filhos da terra”. Há então uma crescente interiorização da sociedade de Santiago. A cidade da Ribeira Grande já não é mais um importante centro comercial e a ilha passa a viver praticamente da subsistência. Nesse processo, os mestiços chegam ao poder local, filhos de portugueses e também senhores de terras e escravos, estes homens ainda estão ligados ao tráfico Atlântico de cativos, mas sofrem com a concorrência dos contratadores da Guiné, que ao invés de fazerem escala em Cabo Verde, preferiam ir direto de Cacheu ou dos rios da Guiné para seus destinos. Diferentemente dos arrendatários de direitos régios parceiros da primeira elite de Santiago, estes contratadores não tinham nada a ganhar com a escala na ilha.

Assim, Santiago perde cada vez mais importância no Atlântico português e após a Restauração esta segunda elite de mulatos que ainda persistiam na Ribeira Grande dão lugar a uma elite mestiça e endógena, extremamente rural e militarizada.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> SOARES, Maria João. “Crioulos indómitos” e vadios: identidade e criouliização em Cabo Verde – séculos XVII-XVII. In: **Actas do Congresso Internacional “Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades”**. Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2005.